

**INSTITUTO DE ETNOMUSICOLOGIA  
CENTRO DE ESTUDOS EM MÚSICA E DANÇA**

**REGULAMENTO ELEITORAL**

**Artigo 1.º**

**Objeto**

O presente regulamento estabelece os princípios, as regras e os procedimentos aplicáveis às eleições para os seguintes órgãos do Instituto de Etnomusicologia - centro de estudos em música e dança:

- Presidente do Instituto
- Conselho Diretivo
- Coordenador de Grupo de Investigação
- Coordenador de Linha Temática
- Comissão dos doutorandos

**Artigo 2.º**

**Princípios gerais**

1 — As eleições previstas para Presidente do Instituto e para Conselho Diretivo realizam-se por sufrágio pessoal, secreto, direto e periódico.

2 — Os procedimentos eleitorais regem-se pelos princípios da liberdade de propaganda, igualdade de oportunidades e de tratamento das candidaturas, transparência de procedimentos e imparcialidade dos órgãos do INET-MD perante as candidaturas.

**Artigo 3.º**

**Capacidade eleitoral**

1 — Gozam, em geral, de capacidade eleitoral ativa e passiva todos os Doutores integrados no INET-MD

**Artigo 4.º**

**Eleição do Presidente do Instituto e do Conselho Diretivo**

1 — A eleição dos órgãos Presidente do Instituto e Conselho Diretivo é feita através de lista plurinominal, representativa dos polos do Instituto, submetida ao escrutínio do Conselho Científico do Instituto.

2 — Cada lista é constituída por quatro membros efetivos e por um suplente para cada membro efectivo.

3 — Cada lista é encabeçada pelo investigador proposto para o lugar de Presidente do Instituto, que deve obrigatoriamente pertencer à sede da Instituto.

4 — A lista eleita para os órgãos Presidente do Instituto e Conselho Diretivo é aquela que obtiver maior número de votos.

5 — Os órgãos Presidente do Instituto e Conselho Diretivo são eleitos por períodos de três anos.

6 — A renúncia ao mandato de membros eleitos é livre, operando-se mediante declaração escrita apresentada pessoalmente ao Presidente do Instituto.

### **Artigo 5.º**

#### **Eleição de Coordenador de Grupo de Investigação e de Coordenador de Linha Temática**

1 — Cada Grupo de Investigação e cada Linha Temática é coordenado por um Doutor Integrado, eleito entre os Doutores Integrados afectos ao respetivo Grupo ou respetiva Linha.

2 — A eleição é nominal e realizada através de voto secreto dos membros do Grupo ou da Linha Temática.

3 — São eleitores os Doutores Integrados e os Investigadores de Pós-doutoramento afectos ao Grupo de Investigação ou à Linha Temática.

4 — Os membros eleitos em cada Grupo de Investigação e Linha Temática são ratificados pelo Conselho Científico do Instituto em reunião ordinária.

5 — Os mandatos dos coordenadores dos Grupos de Investigação e das Linhas temáticas é de três anos.

### **Artigo 6º**

#### **Eleição da Comissão dos doutorandos**

1 — Gozam de capacidade eleitoral ativa e passiva os doutorandos que cursem programas doutorais relacionados com as áreas de especialidade do INET-md em funcionamento nos seus polos e que tenham como orientadores ou co-orientadores Doutores Integrados do Instituto.

2 — A Comissão de Doutorandos é constituída por três elementos efetivos que representem o conjunto de doutorandos. Além dos membros efetivos, são escolhidos dois membros suplentes.

3 — A Comissão de Doutorandos, efetivos e suplentes, é eleita por votação secreta em reunião geral de todos os doutorandos.

4 — Os mandatos dos membros da Comissão de Doutorandos é de três anos. Cada membro perde o mandato sempre que o estatuto de doutorando cesse, devendo neste caso ser substituído pelo suplente.

**Artigo 7.º**  
**Substituições**

- 1 — As vagas que ocorram nos órgãos eletivos são preenchidas pelos suplentes que figurem seguidamente nas respectivas listas e segundo a ordem nelas indicada.
- 2 — Na impossibilidade de substituição nos termos do número anterior, procede-se a nova escolha no seio do respetivo corpo.
- 3 — Os novos titulares eleitos apenas completam os mandatos dos substituídos.

**Artigo 8.º**  
**Marcação das eleições**

- 1 — As eleições para os órgãos Presidente do Instituto e Conselho Diretivo são marcadas pelo Presidente do Instituto cessante com a antecedência mínima de 30 dias úteis, ouvido o Conselho Diretivo cessante.
- 2 — A marcação faz-se com ampla publicidade através de meios eletrónicos.

**Artigo 9.º**  
**Comissão eleitoral**

- 1 — Na data da marcação das eleições, o Presidente do Instituto escolhe e nomeia uma Comissão Eleitoral independente constituída por: a) Dois Doutores Integrados, um dos quais preside; b) Um estudante de Doutoramento.
- 2 — Aquando da apresentação de cada candidatura, os respetivos proponentes indicam, se assim entenderem, um elemento que a representará na Comissão Eleitoral.

**Artigo 10.º**  
**Competências da Comissão Eleitoral**

- 1 — Compete à Comissão Eleitoral:
  - a) Publicitar os cadernos eleitorais por afixação em locais próprios bem visíveis em cada polo e através de meios eletrónicos;
  - b) Decidir reclamações sobre o processo eleitoral;

- c) Distribuir instalações por cada uma das candidaturas, para efeito de propaganda eleitoral, e repartir o seu tempo de utilização, sem prejuízo do funcionamento normal do Instituto;
- d) Credenciar os delegados de cada candidatura pelas assembleias de voto e dividir estas em secções quando as condições o justificarem;
- e) De um modo geral, superintender em tudo o que respeite à preparação, à organização e ao funcionamento da votação.

2 — Qualquer candidato pode apresentar ao presidente da Comissão Eleitoral reclamação fundamentada na violação dos princípios supra, referidos no artigo 2.º n.º 2, devendo aquele apreciar e decidir a questão de imediato e, se for caso disso, tomar as medidas necessárias para prontamente lhe pôr cobro.

### **Artigo 11.º**

#### **Cadernos eleitorais**

1 — Na data da marcação das eleições, o Presidente do Instituto providencia a elaboração dos cadernos eleitorais necessários, relativos a Doutores Integrados, pós-Doutorandos e Doutorandos afectos a cada polo, a cada Grupo de Investigação e a cada Linha temática.

2 — Os cadernos eleitorais reportam-se à situação existente à data da marcação de eleições.

3 — No prazo máximo de três dias úteis após a sua receção, a Comissão Eleitoral publicitará os cadernos eleitorais provisórios por afixação em locais próprios nos diferentes polos e através de meios eletrónicos.

4 — Dos cadernos eleitorais provisórios cabe reclamação a apresentar à Comissão Eleitoral no prazo de três dias úteis a contar da data da respetiva publicitação.

5 — A Comissão Eleitoral apreciará e decidirá a reclamação no prazo de 3 dias úteis, após o que homologa e publica os cadernos eleitorais definitivos.

### **Artigo 12.º**

#### **Candidaturas**

1 — As candidaturas concorrentes para os órgãos Presidente do Instituto e Conselho Diretivo têm de ser entregues à Comissão Eleitoral até ao décimo dia útil anterior à data das eleições.

2 — As candidaturas têm de ser subscritas por um mínimo de 15 % do número dos Doutores Integrados.

### **Artigo 13.º**

#### **Regularidade, identificação e publicitação das candidaturas**

- 1 — O presidente da Comissão Eleitoral verifica, no próprio dia da apresentação das candidaturas, a sua regularidade.
- 2 — No caso de reconhecer deficiências nas candidaturas, o presidente promove de imediato a sua correção junto dos próprios candidatos ou dos seus representantes.
- 3 — São rejeitadas as candidaturas que não corrijam as deficiências no prazo de dois dias úteis contados da data da notificação da irregularidade.
- 4 — A cada uma das listas aceites será atribuída pela comissão eleitoral uma letra, com a qual será identificada nos boletins de voto respetivos.
- 5 — As candidaturas aceites e identificadas serão publicitadas por afixação em locais próprios em cada polo e por inserção na página eletrónica, com referência à data das eleições e aos órgãos a que respeitam.
- 6 — Das decisões da Comissão Eleitoral cabe recurso ao Presidente cessante a interpor no prazo de 24 horas.

#### **Artigo 14.º** **Campanha eleitoral**

A campanha eleitoral inicia-se no quinto dia útil anterior ao da eleição e cessa 12 horas antes da hora de abertura das urnas.

#### **Artigo 15.º** **Votação**

- 1 — Em cada polo é organizada uma mesa de voto, constituída por um presidente e um vogal designados pelo Presidente da Comissão Eleitoral.
- 2 — Cada lista candidata pode propor, com 12 horas de antecedência, um delegado por mesa de voto, a credenciar pela Comissão Eleitoral.
- 3 — As mesas de voto abrem às 10 horas, encerram às 18 horas e funcionam nos locais a publicitar amplamente pela Comissão Eleitoral pelos meios referidos no artigo 11.º
- 4 — O voto é exercido através do preenchimento de um boletim tendo no topo a indicação dos órgãos, e onde constam as letras que identificam as candidaturas ordenadas alfabeticamente com um quadrado em branco à frente de cada uma delas.
- 5 — Na votação, cada votante deverá assinalar, com uma cruz, o quadrado correspondente à lista em que vota.
- 6 — Depois de preenchido, o boletim de voto é dobrado em quatro e entregue a quem presidir à mesa de voto.

## **Artigo 16º**

### **Votação eletrónica**

Em complemento ao artigo 14º, o INET-md pode adotar um sistema de votação eletrónica. Para tanto, seguir-se-ão os seguintes procedimentos:

1 — Cada eleitor envia uma mensagem electrónica registando a sua preferência eleitoral para um endereço email especialmente criado e apto a acolher boletins electrónicos para uma eleição específica.

2 — O endereço email é exclusivamente acessível pelo Presidente da Comissão Eleitoral. Depois de preenchido o boletim electrónico, o eleitor receberá uma confirmação automática do seu voto via email.

3 — Após confirmar como válido o estatuto de investigador integrado do INET-md, o Presidente da Comissão Eleitoral regista em documento encriptado o nome do eleitor, apondo-lhe um número único de identificação e um carimbo com data.

4 — O boletim email é então reenviado para um diferente endereço email, substituindo o nome do eleitor pelo número único de identificação. Este segundo endereço email funciona efetivamente como uma urna eleitoral. A mensagem email original é arquivada.

## **Artigo 17.º**

### **Escrutínio dos votos**

1 — O escrutínio dos votos, em formato físico e em formato eletrónico, efetua-se logo após o encerramento das mesas de voto, elaborando-se uma ata por cada mesa onde são registados os resultados finais, sendo esta assinada por todos os membros respetivos.

2 — Todos os boletins que derem entrada em formato físico nas urnas colocadas em cada polo são validados após verificação de que o eleitor não exerceu o seu direito eletronicamente. Se se verificar que o eleitor votou fisicamente e eletronicamente, o voto electrónico é anulado

3 — Qualquer elemento da mesa pode lavrar protesto na ata contra decisões da mesa.

4 — As atas são entregues no próprio dia à Comissão Eleitoral, que decide sobre os protestos lavrados na ata, procede à ampla publicitação dos resultados nos termos referidos no artigo 11.º comunicando-os ao Presidente do Instituto cessante.

5 — Os boletins de voto, físicos e electrónicos, são mantidos por um período de seis meses após o anúncio dos resultados eleitorais.